



Icatu Capitalização S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026



Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	06
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17
Conselho de administração	54

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é controlada integralmente pela Icatu Seguros S.A. Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas.

2. Desempenho das operações de capitalização**2.1 Operação e patrimônio**

Durante o primeiro semestre de 2026, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 1.037.199 (R\$ 988.274 em 2025), representando um aumento de 4,95%. O resultado com sorteios foi de R\$ 60.788 (R\$ 49.180 no mesmo período do ano anterior), 5,86% da receita com títulos de capitalização (4,98% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 60.983 (R\$ 61.740 no mesmo período do ano anterior), representando 5,88% da receita com títulos de capitalização (6,25% no mesmo período do ano anterior). O resultado com as operações de capitalização foi de R\$ 78.456 (R\$ 76.124 no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2026, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.186.631 (R\$ 3.142.990 em 31 de dezembro de 2025), representando um aumento de 1,39%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2026, atingiu o montante de R\$ 245.946 (R\$ 244.436 em 31 de dezembro de 2025), representando um aumento de 0,62%.

2.2. Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2026, as despesas administrativas foram de R\$ 102.111 (R\$ 102.843 no mesmo período do ano anterior), 9,84% da receita com títulos de capitalização (10,41% no mesmo período do ano anterior). A Companhia seguiu investindo na atualização dos seus sistemas e na customização para atendimento à parceiros, bem como investindo em projetos como a implementação do *Open Insurance*, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

2.3. Resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2026, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras foram de R\$ 88.000 em 2026 (R\$ 88.365 no mesmo período do ano) representando uma queda de 0,41%, sendo 8,48% da receita de títulos de capitalização no ano (8,94 % no mesmo período do ano anterior).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 90.357, no primeiro semestre de 2026 (R\$ 108.400, em 31 de dezembro de 2025), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 168% (167% em 31 de dezembro de 2025).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2026, o Grupo Icatu avançou na consolidação da agenda ASG, fortalecendo a governança, a transparência e a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais marcos do período destacam-se a publicação do seu segundo Relatório de Sustentabilidade; o aprimoramento da gestão de riscos ASG; a realização da segunda edição do Programa de Mentoria Feminina; a disponibilização do primeiro produto enquadrado como sustentável, em conformidade com a Resolução CNSP nº 473/2024; a evolução da gestão de resíduos na matriz, com foco na redução da geração e na destinação correta; e a ampliação do Programa de Voluntariado.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores, a valorização das pessoas e a equidade de gênero seguiram como prioridades da Companhia. Os princípios de equidade estão incorporados ao Código de Ética e Conduta, que estabelece o repúdio a qualquer forma de assédio e discriminação e orienta as principais práticas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, desenvolvimento, remuneração e reconhecimento por mérito.

No período, as mulheres representavam 49,08% do quadro total de colaboradores do Grupo Icatu (49,32% em 2025). Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,69% (27,87% em 2025); na média gestão, 48,33% (48,32% em 2025); e, no nível operacional, 49,87% (50,07% em 2025).

No mesmo período, as mulheres corresponderam a 48,28% das admissões realizadas, mantendo percentual próximo ao registrado em 2025 (50,28%). Na alta gestão, representaram 20,00% das novas contratações (100% em 2025); na média gestão, 64,29% (42,86% em 2025); e, no nível operacional, 47,62% (50,28% em 2025).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	30/06/2026			31/12/2025		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.012	2.648	16.661	13.294	2.467	15.750
Masculino	18.071	4.451	22.522	16.088	3.846	19.934
Total	32.083	7.099	39.182	29.383	6.303	35.685

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de 1,52 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 47 nos componentes remuneratórios.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 864.903 em resgates (R\$ 827.105 no mesmo período do ano anterior), R\$ 60.788 em sorteios (R\$ 49.180 no mesmo período do ano anterior), R\$ 63.607 (R\$ 69.395 no mesmo período do ano anterior) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 10.338 (R\$ 10.806 no mesmo período do ano anterior) pagos a serviços terceirizados, além de R\$ 8.311 (R\$ 10.376 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos, R\$ 20.397 (R\$ 15.499 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

Além desses avanços, o Grupo Icatu foi reconhecido pelo Instituto MESC como Melhor Empresa em Satisfação do Cliente 2026 nos segmentos de Previdência e Capitalização, reconhecimento que reforça o compromisso da Companhia com a excelência na experiência dos clientes.

4. Auditores independentes

A **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** presta serviços de auditoria independente à Companhia. Os honorários contratuais, brutos de tributos, referente ao exercício de 2026, totalizam R\$ 3.380 (R\$ 3.227 no ano de 2025), relativos à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada requerida pelo órgão regulador.

5. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2026.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Icatu Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

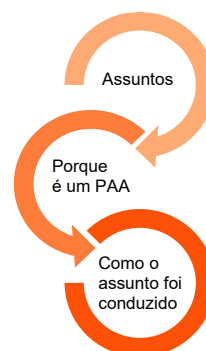
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.12 e 15)	
A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras intermediárias. A Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange as parcelas dos valores arrecadados de capitalização e a Provisão para Resgate (PR), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro. Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, bem como a avaliação e aprovação das notas técnicas atuariais que detalham as metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos relatórios operacionais da provisão matemática de capitalização e da provisão de resgates e realizamos o confronto com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; e realizamos testes, em base amostral, para os resgates e os sorteios ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, testamos a completude da base de dados diretamente utilizadas na revisão das movimentações dos fluxos da PMC. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as

demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Icatu Capitalização S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e de 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
CIRCULANTE		2.700.672	2.585.871
Disponível		9.811	8.879
Caixa e bancos		9.811	8.879
Equivalente de caixa	Nota 5	486	3.673
Aplicações	Nota 5	2.613.630	2.495.905
Créditos das operações de capitalização		144	387
Outros créditos operacionais	Nota 6	20.065	22.564
Títulos e créditos a receber		50.570	46.510
Títulos e créditos a receber	Nota 7	11.966	11.045
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.1	32.799	32.799
Outros créditos		5.805	2.666
Despesas antecipadas		149	8
Custos de aquisição diferidos	Nota 9	5.817	7.945
Capitalização		5.817	7.945
ATIVO NÃO CIRCULANTE		485.959	557.119
Realizável a longo prazo		419.675	497.345
Aplicações	Nota 5	309.527	394.013
Títulos e créditos a receber		99.166	100.952
Créditos tributários e previdenciários	Nota 8.2	29.530	33.746
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 17.3	69.636	67.206
Outros valores e bens		10.958	2.356
Ativos de direitos de uso		10.958	2.356
Empréstimos e depósitos compulsórios		24	24
Investimento		175	175
Imobilizado		1.937	79
Bens móveis		368	4
Outras imobilizações		1.569	75
Intangível	Nota 10	64.172	59.520
Ágio na transferência de carteira		3.675	4.176
Outros intangíveis		60.498	55.344
TOTAL DO ATIVO		3.186.631	3.142.990

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e de 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE		2.868.284	2.833.378
Contas a pagar		73.898	78.886
Obrigações a pagar	Nota 11	28.422	41.760
Impostos e encargos sociais a recolher		9.816	11.967
Encargos trabalhistas	Nota 12	27.349	19.517
Impostos e contribuições		6.749	4.319
Outras contas a pagar		1.562	1.323
Débitos de operações com capitalização	Nota 13	23.260	28.711
Depósitos de terceiros	Nota 14	7.116	2.285
Provisões técnicas capitalização	Nota 15	2.762.930	2.721.898
Provisão para resgates		2.623.552	2.589.195
Provisão para sorteio		137.817	130.996
Provisão de receitas diferidas		1.561	1.707
Outros débitos		1.080	1.598
Débitos diversos		1.080	1.598
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		72.401	65.176
Contas a pagar		1.635	4.247
Obrigações a pagar	Nota 11	1.635	4.247
Outros débitos		60.850	60.117
Provisões judiciais	Nota 17.2	60.850	60.117
Débitos diversos		9.916	812
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 18	245.946	244.436
Capital social		211.484	211.484
Reservas de lucros		12.505	38.938
Ajustes de avaliação patrimonial		(8.416)	(5.986)
Lucros acumulados		30.373	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.186.631	3.142.990

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2026	30/06/2025
Receita com títulos de capitalização		1.037.199	988.274
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	Nota 22.1	918.019	870.012
Contribuição - quotas de carregamento	Nota 22.1	119.034	118.301
Variação da provisão para receita diferida	Nota 22.1	146	(39)
Variação das provisões de resgates	Nota 22.2	(864.903)	(827.105)
Variação da provisão de sorteios	Nota 22.3	(60.788)	(49.180)
Custos de aquisição	Nota 22.4	(60.983)	(61.740)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 22.5	27.931	25.875
Outras receitas operacionais		37.119	35.928
Outras despesas operacionais		(9.188)	(10.053)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		78.456	76.124
Despesas administrativas	Nota 22.6	(102.111)	(102.843)
Pessoal próprio		(63.607)	(69.395)
Serviços de terceiros		(10.338)	(10.806)
Localização e funcionamento		(25.936)	(19.751)
Publicidade e propaganda		(4.554)	(2.375)
Despesas administrativas diversas		2.324	(516)
Despesas com tributos	Nota 22.7	(9.670)	(10.376)
Resultado financeiro	Nota 22.8	88.000	88.365
Receitas financeiras		183.100	176.384
Despesas financeiras		(95.100)	(88.019)
RESULTADO OPERACIONAL		54.675	51.270
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	5
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		54.675	51.275
Imposto de renda	Nota 23	(10.684)	(8.062)
Contribuição social	Nota 23	(8.354)	(7.437)
Participações sobre o lucro	Nota 18.3	(2.419)	(1.700)
Lucro líquido do semestre		33.218	34.076
Quantidade de ações		810.894.586	810.894.586
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,04	0,04

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	33.218	34.076
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(2.430)	3.035
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA Nota 5.5	(5.324)	5.058
Efeito dos tributos – IRPJ E CSLL	2.894	(2.023)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	30.788	37.111

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2025	211.484	8.520	15.262	(7.631)	-	227.635
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	3.035	-	3.035
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 23/05/2025)	-	-	-	-	(15.262)	(15.262)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	34.076	34.076
Saldos em 30 de junho de 2025	211.484	8.520	15.262	(4.596)	18.814	249.484
Saldos em 1º de janeiro de 2026	211.484	12.505	26.433	(5.986)	-	244.436
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Próprios	-	-	-	(2.430)	-	(2.430)
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 30/04/2026)	-	-	(26.433)	-	(2.845)	(29.278)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	33.218	33.218
Saldos em 30 de junho de 2026	211.484	12.505	-	(8.416)	30.373	245.946

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	33.218	34.076
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	3.434	2.440
Perdas (Ganhos) na alienação de imobilizado e intangível	-	(5)
Despesa com juros	66	20
Custos de aquisição diferidos	2.128	5.394
Variação dos passivos financeiros - Capitalização	1.008.195	955.272
Prescrição dos títulos de capitalização	(31.152)	(30.183)
Variação das provisões judiciais	3.443	2.932
Variação de impostos sobre o lucro	13.013	11.476
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(38.563)	(74.705)
Créditos das operações com capitalização	243	7
Créditos fiscais e previdenciários	-	1.855
Ativo fiscal diferido	7.110	5.883
Depósitos judiciais e fiscais	(2.430)	(2.275)
Outros ativos	(2.299)	(11.290)
Outros valores e bens – direito de uso	(8.602)	-
Outras contas a pagar	(10.030)	(4.077)
Débitos de operações com capitalização	(5.451)	(1.332)
Depósitos de terceiros	4.831	6.897
Provisões técnicas - capitalização	(936.011)	(876.044)
Provisões judiciais	(2.710)	(383)
Débitos diversos	9.345	20
Caixa gerado nas operações	47.778	25.978
Juros pagos	(66)	(20)
Tributos sobre o lucro pagos	(10.583)	(9.266)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	37.129	16.692
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(9.347)	(4.667)
Imobilizado	(1.865)	-
Intangível	(7.482)	(4.667)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(9.347)	(4.667)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(29.278)	(15.262)
Pagamento de passivo por arrendamento	(759)	(542)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(30.037)	(15.804)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.255)	(3.779)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	12.552	17.509
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	10.297	13.730

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. é controlada em última instância pelo Grupo Icatu.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e/ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 4.1.1.).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (3.4.1.3 e 5.3).

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.3).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.7).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.12 e 14).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O pagamento ou a informação sobre o pagamento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2026, o caixa e equivalentes de caixa eram de R\$ 10.297 (R\$ 12.552 em 31 de dezembro de 2025). São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são corrigidos de acordo com a legislação vigente.

3.6. Redução ao valor recuperável**3.6.1. Ativos financeiros**

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo Icatu deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo Icatu deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Ativo de direito de uso”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao “Passivo de arrendamento”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para o Grupo Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato. O ágio na transferência de carteira da Sulacap é amortizado à taxa de 10% ao ano. Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado.

Ganhos ou perdas de ativos não correntes, resultantes da venda de ativo intangível, são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Resultado patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.9. Benefícios a Empregados

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios scorecard da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vales refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 17,5% a partir de 01 de abril de 2026 e para 20% a partir de 01 de janeiro de 2028. A Companhia atualizou o saldo contábil da (CSLL) referente aos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, no montante de R\$ 2.325.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações fiscais, o valor das provisões até agosto/2024 foi atualizado considerando a taxa SELIC. A partir de setembro/2024 a correção monetária passou a ser feita pelo IPCA, quando não houver outro índice previsto no contrato ou em lei própria, acrescido de juros calculados pela Taxa Legal, que corresponde à aplicação da SELIC deduzida do IPCA ou de outro índice previsto no contrato ou em lei própria, conforme Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão fiscais, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar – Obrigações fiscais" até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Provisões técnicas**3.12.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)**

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.12.2. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.12.3. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.12.4. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.12.5. Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A provisão é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, representando os valores esperados dos sorteios referentes aos produtos com contemplação obrigatória, desde que atendidas as condições, e títulos com premiação instantânea.

3.12.6. Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.12.7. Provisão de Receitas Diferidas (PRD)

A provisão representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída a partir do diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.12.8. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.14. Estimativas

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 3.6 e 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 8), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 15), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 17), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Custos de aquisição diferidos

São constituídos para o diferimento dos custos diretos de aquisição, relacionados aos serviços de *call center*, para a venda de títulos comercializados pela Icatu Capitalização. O cálculo considera o valor do custo de aquisição no momento do seu reconhecimento e segue o método *pro rata die* considerando a vigência do título de capitalização. Este canal de venda foi encerrado no primeiro semestre de 2025 e os custos de aquisição diferidos atrelados a este canal estão em *run-off*.

3.16. Novas normas ainda não adotadas

Os normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

3.16.1 IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas do exercício de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16.2 Reforma Tributária sobre o Consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, teve início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela receita federal, pelos estados, pelos municípios e pelo comitê gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei e está totalmente adaptada ao novo padrão alfanumérico do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.16.3. IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - R1 – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 – Financial Instruments (CPC 48) e na IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.16.4 IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.16.5. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.16.6. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

3.16.7. Lei Complementar nº 224/2025

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, de 1º de abril de 2026 até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Companhia consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da Companhia esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos,

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

além de emitir relatórios para análise do Comitê de risco, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia; e
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade de *default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho de 2026, R\$ 2.302.160, correspondentes a 79% (R\$ 2.278.439, correspondentes a 79% em 31 de dezembro de 2025) estão alocados em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado.

O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 49.495 (R\$ 111.614 em 31 de dezembro de 2025).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2026						31/12/2025					
Rating	RDB		Debênture		Total	RDB		Debênture		Letra	
	CDB			Letra Financeira		CDB				Financeira	Total
AAA	-	-	37.996	10.947	48.943	-	-	48.320	12.695	61.015	
AA+	37.479	191.403	29.280	-	258.162	39.966	141.203	29.350	-	210.519	
AA	2.030	-	25.855	-	27.885	-	-	14.505	-	14.505	
AA-	-	-	30.933	-	30.933	-	-	30.380	-	30.380	
A+	-	-	22.144	-	22.144	-	-	17.240	-	17.240	
A	-	2.220	29.533	-	31.753	-	2.069	26.452	-	28.521	
A-	-	8.330	1.620	-	9.950	-	-	4.198	-	4.198	
BB+	-	-	-	-	-	-	-	568	-	568	
BBB+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RD	-	-	454	-	454	-	-	1.243	-	1.243	
D	-	-	1.253	-	1.253	-	-	-	-	-	
ND	-	-	5.777	-	5.777	601	-	7.852	-	8.453	
Total	39.509	201.953	184.845	10.947	437.254	40.567	143.272	180.108	12.695	376.642	

Em 2025, observou-se um aumento na posição de ativos de crédito privado, decorrente, principalmente, da recategorização de fundos de crédito anteriormente classificados como não exclusivos para a categoria de fundos exclusivos. Como consequência, os ativos contidos nesses fundos passaram a ser incluídos na composição demonstrada no quadro de risco de crédito.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 134.735 em 30 de junho de 2026(R\$ 126.896 em 31 de dezembro de 2025). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da solvência das empresas. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre a solvência tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

No quadro a seguir, é apresentado o impacto de um choque paralelo de 100 bps nas taxas de juros, segregado por fator de risco, sob as óticas do Patrimônio Líquido e Resultado:

Fatores de risco (R\$ Mil)	30/06/2026		31/12/2025	
	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de juros IPCA	(14.683)	(4.769)	(16.183)	(5.748)
Taxa de juros pré-fixado	(373)	(373)	(586)	(586)

4.1.1.3. Risco de liquidez

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as companhias não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório dos fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a Companhia possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

30/06/2026				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	9.811	-	-	9.811
Equivalente de caixa	486	-	-	486
Aplicações	953.714	494.316	1.475.127	2.923.157
Créditos das operações de capitalização	144	-	-	144
Títulos e créditos a receber	50.570	99.166	-	149.736
Total de ativos	1.014.725	593.482	1.475.127	3.083.334
Contas a pagar	73.898	1.635	-	75.533
Provisões técnicas – Capitalização	1.665.957	577.718	519.255	2.762.930
Débitos de operações com capitalização	23.260	-	-	23.260
Depósitos de terceiros	7.116	-	-	7.116
Total de passivos	1.770.231	579.353	519.255	1.868.839

31/12/2025				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	8.879	-	-	8.879
Equivalente de caixa	3.673	-	-	3.673
Aplicações	779.134	741.617	1.369.167	2.889.918
Créditos das operações de capitalização	387	-	-	387
Títulos e créditos a receber	46.510	98.627	-	145.137
Total de ativos	838.583	840.244	1.369.167	3.047.994
Contas a pagar	78.886	4.247	-	83.133
Provisões técnicas – Capitalização	1.632.629	538.100	551.169	2.721.898
Débitos de operações com capitalização	28.711	-	-	28.711
Depósitos de terceiros	2.239	46	-	2.285
Total de passivos	1.742.465	542.393	551.169	2.836.027

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.4.1.3.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- **Risco de sorteio:** Implica na possibilidade de concentração de risco indevido na comercialização de série aberta que, em caso de premiação, pode impactar a saúde financeira da Companhia;
- **Risco de persistência:** Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- **Risco da garantia de rentabilidade:** Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato; e
- **Risco das despesas administrativas:** Implica no risco de as receitas decorrentes das cotas de carregamentos serem insuficientes para a cobertura das despesas administrativas.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	30/06/2026	%	30/06/2025	%
Centro Oeste	100.003	10%	101.377	10%
Nordeste	83.463	8%	83.955	8%
Norte	118.361	11%	119.270	12%
Sudeste	593.928	57%	544.144	55%
Sul	141.444	14%	139.528	14%
Total	1.037.199	100%	988.274	100%

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma,

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indicando quais medidas, ações e projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado a tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 486 (R\$ 3.673 em 31 de dezembro de 2025).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), em 30 de junho de 2026, é de R\$ 110.163 (R\$ 106.462 em 31 de dezembro 2025). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 15.294, brutos de tributos e R\$ 8.416, líquidos de tributos (perda de R\$ 9.970, brutos de tributos e R\$ 5.986, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2025).

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
Categoria		
Ao custo amortizado	302.952	297.513
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	94.868	96.492
Ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	2.525.823	2.499.586
Total	2.923.643	2.893.591
Circulante	2.614.116	2.499.578
Equivalente de caixa	486	3.673
Aplicações financeiras	2.613.630	2.495.905
Não circulante	309.527	394.013
Aplicações financeiras	309.527	394.013

5.2. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 10% da carteira em 30 de junho de 2026(10% em 31 de dezembro em 2025):

		30/06/2026	
	Taxas contratadas	Valor contábil/Curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,5%	214.658	147.044
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,67%	88.294	85.551
Total		302.952	232.595
Circulante		88.294	85.551
Não circulante		214.658	147.044

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31/12/2025
	Taxas contratadas	Valor contábil/Curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,50%	207.885	149.766
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,67%	89.628	84.462
Total		297.513	234.228
Não circulante		297.513	234.228

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento em até um ano	88.294	-
Vencimento em até cinco anos	-	89.628
Vencimento acima de cinco anos	214.658	207.885
Total	302.952	297.513

5.3. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados abrangentes (VJORA) que representa 3% da carteira em 30 de junho de 2026 (3% em 31 de dezembro de 2025):

			30/06/2026
	Taxas contratadas	Valor contábil/ Valor Justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,34%	94.868	110.163
Total		94.868	110.163
Não circulante		94.868	110.163

			31/12/2025
	Taxas contratadas	Valor contábil/ Valor Justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,34%	96.492	106.462
Total		96.492	106.462
Não circulante		96.492	106.462

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento em até cinco anos	-	-
Vencimento acima de cinco anos	94.868	96.492
Total	94.868	96.492

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.4. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 86% da carteira em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025:

		30/06/2026
	Taxas contratadas	Valor contábil/ Valor Justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		2.390.413
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	1.874.051
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 7,27%	30.288
Operações compromissadas	Selic	49.009
Recibos de Depósitos Bancários - RDB - Pré		195.636
Recibos de Depósitos Bancários - RDB - CDI		6.317
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	0,32%	33.246
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	Selic	6.263
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	Selic	-
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	486
Debêntures - CDI		10.708
Debêntures - Pré		1.348
Debêntures - IPCA		172.789
Letras Financeiras		10.947
Outras aplicações		(675)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		135.410
Total		2.525.823
Circulante		2.525.823

		31/12/2025
	Taxas contratadas	Valor contábil
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		2.372.126
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	1.854.822
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 7,27%	29.612
Operações compromissadas	Selic	107.941
Recibos de Depósitos Bancários - RDB - Pré		136.661
Recibos de Depósitos Bancários - RDB - CDI		6.611
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	0,32%	33.477
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	Selic	7.082
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	Selic	8
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	3.673
Debêntures - CDI		9.661
Debêntures - Pré		1.381
Debêntures - IPCA		169.066
Letras Financeiras		12.695
Outras aplicações		(564)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		127.460
Total		2.499.586
Circulante		2.499.578
Não circulante		8

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Sem vencimento	135.436	127.522
Vencimento em até um ano	730.470	655.285
Vencimento em até cinco anos	1.508.089	1.552.147
Vencimento acima de cinco anos	151.828	164.632
Total	2.525.823	2.499.586

5.5. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo em 1º de janeiro 2025	2.401.448	103.887	291.921	2.797.256
(+) Aplicações	1.704.914	-	-	1.704.914
(-) Resgates	(1.934.573)	(21.214)	(17.750)	(1.973.537)
(+) Rendimentos	327.797	11.078	23.342	362.217
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.741	-	2.741
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.499.586	96.492	297.513	2.893.591
(+) Aplicações	933.315	-	-	933.315
(-) Resgates	(1.062.655)	(3.212)	(9.012)	(1.074.879)
(+) Rendimentos	155.577	6.912	14.451	176.940
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	(5.324)	-	(5.324)
Saldo em 30 de junho de 2026	2.525.823	94.868	302.952	2.923.643

5.6. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	302.952	-	302.952
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	214.658	-	214.658
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	88.294	-	88.294
VJORA	94.868	-	94.868
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	94.868	-	94.868
VJR	1.904.603	621.220	2.525.823

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.874.051	-	1.874.051
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	30.288	-	30.288
Operações compromissadas	-	49.009	49.009
Recibos de depósitos bancários - RDB - Pré	-	195.636	195.636
Recibos de depósitos bancários - RDB - CDI	-	6.317	6.317
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - CDI	-	33.246	33.246
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	-	6.263	6.263
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	-	-	-
Debêntures - CDI	-	10.708	10.708
Debêntures - Pré	-	1.348	1.348
Debêntures - IPCA	-	172.789	172.789
Letras Financeiras	-	10.947	10.947
Outras aplicações	(222)	(453)	(675)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	135.410	135.410
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	486	-	486
Total	2.302.423	621.220	2.923.643

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	297.513	-	297.513
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	207.885	-	207.885
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	89.628	-	89.628
VJORA	96.492	-	96.492
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	96.492	-	96.492
VJR	1.888.107	611.479	2.499.586
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.854.822	-	1.854.822
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	29.612	-	29.612
Operações compromissadas	-	107.941	107.941
Recibos de depósitos bancários - RDB - Pré	-	136.661	136.661
Recibos de depósitos bancários - RDB - CDI	-	6.611	6.611
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - CDI	-	33.477	33.477
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	-	7.082	7.082
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	-	8	8
Debêntures - CDI	-	9.661	9.661
Debêntures - Pré	-	1.381	1.381
Debêntures - IPCA	-	169.066	169.066
Letras Financeiras	-	12.695	12.695
Outras aplicações	-	(564)	(564)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	127.460	127.460
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	3.673	-	3.673
Total	2.282.112	611.479	2.893.591

5.7. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2026					Exposição (notional)
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	11	1.099
DAP	Comprado	17/08/2026	DI x IPCA	349	65.827
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	97	9.075
DI1	Comprado	01/04/2027	CDI	134	12.149
DAP	Comprado	17/05/2027	DI x IPCA	193	34.237
DI1	Vendido	01/07/2027	CDI	180	15.794
DI1	Comprado	01/10/2027	CDI	301	25.533
DI1	Vendido	03/01/2028	CDI	189	15.521
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	63	4.847
DAP	Comprado	15/08/2028	DI x IPCA	225	36.030
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	258	18.591
DI1	Vendido	02/04/2029	CDI	147	10.252
DAP	Vendido	15/05/2029	DI x IPCA	103	15.623
DI1	Comprado	02/07/2029	CDI	557	37.569
DI1	Vendido	02/01/2030	CDI	275	17.363
DAP	Comprado	15/08/2030	DI x IPCA	38	5.209
DI1	Vendido	02/01/2031	CDI	85	4.699
DAP	Comprado	15/05/2031	DI x IPCA	18	2.333
DI1	Comprado	02/01/2032	CDI	253	12.230
DAP	Vendido	16/08/2032	DI x IPCA	359	42.365
DI1	Comprado	03/01/2033	CDI	15	635
DAP	Vendido	16/05/2033	DI x IPCA	274	30.680
DI1	Comprado	02/01/2034	CDI	52	1.931
DI1	Vendido	02/01/2035	CDI	147	4.792
DAP	Vendido	15/05/2035	DI x IPCA	172	16.681
DI1	Vendido	02/01/2037	CDI	58	1.453
DAP	Comprado	15/05/2037	DI x IPCA	3	253
DAP	Comprado	15/08/2040	DI x IPCA	6	403

31/12/2025					Exposição (notional)
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	5	499
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	11	1.029
DAP	Comprado	17/08/2026	DI x IPCA	374	65.032
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	38	3.340
DAP	Comprado	17/05/2027	DI x IPCA	201	33.222
DI1	Vendido	01/07/2027	CDI	161	13.362
DI1	Comprado	03/01/2028	CDI	149	11.643
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	6	441
DAP	Comprado	15/08/2028	DI x IPCA	243	36.772
DI1	Comprado	02/01/2029	CDI	86	5.947
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	280	19.359
DI1	Vendido	02/04/2029	CDI	147	9.853
DAP	Vendido	15/05/2029	DI x IPCA	125	17.990
DI1	Comprado	02/07/2029	CDI	566	36.720

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DI1	Vendido	02/01/2030	CDI	331	20.136
DAP	Vendido	15/08/2030	DI x IPCA	5	658
DI1	Comprado	02/10/2031	CDI	74	3.951
DI1	Comprado	02/01/2032	CDI	224	10.489
DAP	Vendido	16/08/2032	DI x IPCA	357	40.764
DI1	Comprado	03/01/2033	CDI	116	4.776
DAP	Vendido	16/05/2033	DI x IPCA	224	24.293
DI1	Vendido	02/01/2035	CDI	32	1.024
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	5	499
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	11	1.029
DAP	Vendido	15/05/2035	DI x IPCA	138	13.236
DI1	Vendido	02/01/2037	CDI	180	4.499
DAP	Comprado	15/08/2040	DI x IPCA	6	405

6. Outros créditos operacionais

Registra os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 20.065 em 30 de junho de 2026 (R\$ 22.564 em 31 de dezembro de 2025). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 11.966 em 30 de junho de 2026 (R\$ 11.045 em 31 de dezembro de 2025) são compostos basicamente por valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum.

8. Créditos tributários e previdenciários

8.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	17.003	17.003
Contribuição social	14.179	14.179
COFINS	1.372	1.372
PIS	245	245
Total de créditos fiscais	32.799	32.799

8.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo - não circulante	01/01/2025	Constituição	Realização/ reversão	31/12/2025	Constituição	Realização/ reversão	30/06/2026
Imposto de renda diferido	21.507	14.574	(13.784)	22.297	20.529	(22.954)	19.872
Ativo - diferenças temporárias	18.329	12.082	(10.606)	19.805	4.252	(8.008)	16.049
Passivo - ajuste de TVM	3.178	2.492	(3.178)	2.492	16.277	(14.946)	3.823
Contribuição social diferida	12.904	11.070	(8.270)	15.704	16.443	(16.935)	15.212
Ativo - diferenças temporárias	10.997	9.575	(6.363)	14.209	3.422	(5.477)	12.154
Passivo - ajuste de TVM	1.907	1.495	(1.907)	1.495	13.021	(11.458)	3.058
Total	34.411	25.644	(22.054)	38.001	36.972	(39.889)	35.084

Passivo - não circulante	01/01/2025	Constituição	Realização/ reversão	31/12/2025	Constituição	Realização/ reversão	30/06/2026
Imposto de renda diferido	-	(4.255)	-	(4.255)	(1.299)	-	(4.255)
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-
IR debêntures incentivadas	-	(4.255)	-	(4.255)	(1.299)	-	(5.554)
Contribuição social diferida	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-
Total de débitos fiscais diferidos	-	(4.255)	-	(4.255)	(1.299)	-	(5.554)
Total de créditos e débitos diferidos	34.411	21.389	(22.054)	33.746	35.673	(39.889)	29.530

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2026 a 2035		
2026	1.929	6,8%
2027	1.940	6,9%
2028	1.850	6,6%
2029	2.115	7,5%
2030	2.411	8,6%
2031 a 2035	17.958	63,7%
Total	28.203	100%

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	1.971	1.682
Contingências trabalhistas	675	687
Contingências cíveis	1.391	2.761
Contingências fiscais	5.555	4.255
Provisões fiscais	4.154	3.886
Outras provisões	-	4.896
Fundo de marketing	65	157
Atualização depósito judicial	(33.310)	(30.892)
Participação nos lucros e resultados	21.480	34.940
COFINS exigibilidade suspensa	46.893	45.306
PIS exigibilidade suspensa	7.737	7.477
Remuneração performance mensal	7.585	4.066
Total das provisões temporárias	64.196	79.221
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	16.049	19.805
Alíquota aplicada – CSLL – 17,50% e 20,00%	12.154	14.209
Total	28.203	34.014

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 17,5% a partir de 01 de abril de 2026 e para 20% a partir de 01 de janeiro de 2028. A Companhia atualizou o saldo contábil da (CSLL) referente aos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, no montante de R\$ 2.325.

9. Diferimento dos custos de aquisição – DAC

	01/01/2026	Constituições	Amortizações	30/06/2026
Custo de aquisição diferido(*)	7.945	-	(2.128)	5.817
Total	7.945	-	(2.128)	5.817

(*)Os custos de aquisição diferidos registrados nessa rubrica referem-se aos serviços de *call center*, para a venda de títulos comercializados pela Icatu Capitalização. Este canal de venda foi encerrado no primeiro semestre de 2025 e os custos de aquisição diferidos atrelados a este canal estão em *run-off*.

	01/01/2025	Constituições	Amortizações	31/12/2025
Custo de aquisição diferido	16.542	367	(8.964)	7.945
Total	16.542	367	(8.964)	7.945

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	01/01/2026	Adições	Reclassificação	Amortização	30/06/2026
Desenvolvidos Internamente						
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111
Sistemas em desenvolvimento		32.629	7.482	(24.461)	-	15.650
Sistemas de computação	20%	2.225	-	24.461	(1.381)	25.305
Adquiridos de Terceiros						
Sistemas aplicados	20%	20.379	-	-	(948)	19.431

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa anual de amortização	01/01/2026	Adições	Reclassificação	Amortização	30/06/2026
Agio na transferência de carteira	10%	4.176	-	-	(501)	3.675
Total		59.520	7.482	-	(2.830)	64.172

	Taxa anual de amortização	01/01/2025	Adições	Reclassificação	Amortização	31/12/2025
Desenvolvidos Internamente						
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111
Sistemas em desenvolvimento		24.468	10.125	(1.964)	-	32.629
Sistemas de computação	20%	421	143	1.964	(303)	2.225
Adquiridos de Terceiros						
Sistemas aplicados	20%	22.475	77	-	(2.173)	20.379
Ágio na transferência de carteira	10%	5.177	-	-	(1.001)	4.176
Total		52.652	10.345	-	(3.477)	59.520

11. Obrigações a pagar

Passivo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores a pagar	2.107	1.509
Participações nos lucros a pagar	19.844	30.693
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	1	3
Obrigações transitórias - Resgates e sorteios	6.331	4.300
Outras obrigações	139	5.255
Total do circulante	28.422	41.760

Passivo não circulante	30/06/2026	31/12/2025
Participações nos lucros a pagar	1.635	4.247
Total do não circulante	1.635	4.247
Total geral	30.057	46.007

12. Encargos trabalhistas

Registra os pagamentos das obrigações trabalhistas e encargos de folha de pagamento, no valor de R\$ 27.349 em 30 de junho de 2026 (R\$ 19.517 em 31 de dezembro de 2025). Os valores são liquidados no mês subsequente ao registro da emissão das guias e encargos.

13. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Excedente financeiro	10.781	19.296
Comissões e pró-labore a pagar	4.894	5.350
Outros débitos	7.585	4.065
Total	23.260	28.711

14. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A seguir, demonstramos a abertura do *aging* dos Depósitos de terceiros:

	30/06/2026	31/12/2025
1 até 30 dias	6.923	1.718
31 até 60 dias	41	257
61 até 90 dias	12	74
91 até 120 dias	28	92
121 até 180 dias	43	41
181 até 365 dias	19	57
mais de 365 dias	50	46
Total	7.116	2.285

15. Provisões técnicas – capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2026	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2026
Provisão matemática para capitalização	2.103.753	879.546	(915.501)	82.845	2.150.643
Provisão para resgate de títulos antecipados	318.230	385.581	(378.188)	3.155	328.778
Provisão para resgate de títulos vencidos	163.304	522.026	(544.919)	1.546	141.957
Provisão para distribuição de bônus	3.908	192	(1.982)	56	2.174
Provisão para resgates	2.589.195	1.787.345	(1.840.590)	87.602	2.623.552
Provisão para sorteios a realizar	10.042	57.520	(56.444)	11	11.129
Provisão de sorteios a pagar	120.441	60.166	(54.951)	1.000	126.656
Provisão complementar para sorteios	513	7.200	(7.681)	-	32
Provisão para sorteios	130.996	124.886	(119.076)	1.011	137.817
Provisão de receitas diferidas	1.707	370	(516)	-	1.561
Provisão de receitas diferidas	1.707	370	(516)	-	1.561
Total	2.721.898	1.912.601	(1.960.182)	88.613	2.762.930

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão matemática para capitalização	2.081.291	1.689.752	(1.829.113)	161.823	2.103.753
Provisão para resgate de títulos antecipados	255.121	801.593	(744.407)	5.923	318.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	174.548	1.023.501	(1.038.249)	3.504	163.304
Provisão para distribuição de bônus	10.445	522	(7.203)	144	3.908
Provisão para resgates	2.521.405	3.515.368	(3.618.972)	171.394	2.589.195
Provisão para sorteios a realizar	9.674	107.628	(107.107)	(153)	10.042
Provisão de sorteios a pagar	110.440	107.598	(99.769)	2.172	120.441
Provisão complementar para sorteios	-	2.092	(1.579)	-	513
Provisão para sorteios	120.114	217.318	(208.455)	2.019	130.996
Provisão de receitas diferidas	1.863	564	(720)	-	1.707
Outras provisões	1.863	564	(720)	-	1.707
Total	2.643.382	3.733.250	(3.828.147)	173.413	2.721.898

15.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros, que impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 8%, definido com base na experiência dos últimos 5 anos de observação;
- II) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Coberturas de risco:		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido	
		30/06/2026	31/12/2025
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 8% nos valores sorteados	(7.179)	(6.452)
Resultado sorteio	Redução de 8% nos valores sorteados	7.179	6.452

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas - capitalização:	2.762.930	2.721.898
Total a ser coberto	2.762.930	2.721.898
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	2.475.929	2.515.935
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	135.410	127.460
Recibo de Depósito Bancário	201.953	143.272
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	39.509	39.958
Equivalente de caixa	486	3.673
Total dos ativos vinculados	2.853.287	2.830.298
Bloqueio Judicial – CDB	-	8
Total de aplicações	2.853.287	2.830.306
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	90.357	108.400

17. Provisões judiciais e depósitos judiciais

17.1. Provisões judiciais

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	1.391	2.761
Trabalhistas	675	687
Fiscais	58.784	56.669
Total	60.850	60.117

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS:

		Causas cíveis					
		30/06/2026			31/12/2025		
Probabilidade de perda		Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	54	1.391	1.391		56	2.761	2.761
Possível	194	10.179	-		194	10.768	-
Remota	3	56	-		2	17	-
Total	251	11.626	1.391		252	13.546	2.761

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Probabilidade de perda	Causas trabalhistas					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	22	675	675	30	687	687
Possível	26	7.062	-	26	6.853	-
Remota	-	-	-	-	-	-
Total	48	7.737	675	56	7.540	687

Probabilidade de perda	Causas fiscais					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	9	4154	4.271	9	3.886	4.000
Possível	20	25.349	54.513	22	24.102	52.669
Remota	2	25.798	-	2	24.122	-
Total	31	55.301	58.784	33	52.110	56.669
Total Geral	330	74.664	60.850	341	73.196	60.117

A seguir, a movimentação dessas provisões judiciais:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Adições	Ajuste	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 30/06/2026
Cíveis	2.488	1.665	(73)	252	(1.571)	2.761	395	(295)	(459)	(1.011)	1.391
Trabalhistas	434	537	(48)	57	(293)	687	5	75	39	(131)	675
Fiscais	52.373	60	284	3.970	(17)	56.669	-	0	2.115	-	58.784
Total	55.294	2.262	163	4.279	(1.881)	60.117	400	(220)	1.695	(1.142)	60.850

17.2. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	1.010	1.000
Trabalhistas	231	191
Fiscais	68.395	66.015
Total depósitos judiciais	69.636	67.206

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	66.015	61.856
Baixas	-	(525)
Atualização monetária	2.380	4.684
Saldo Final	68.395	66.015

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 211.484 é representado por 810.894.586 ações ordinárias em ambas as datas.

18.2. Reservas de lucros

As reservas de lucros de R\$ 12.505 em 30 de junho de 2026 (R\$ 38.938 em 31 de dezembro de 2025), são compostas por:

18.2.1 Reserva legal

A reserva legal de R\$ 12.505 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor.

18.2.2 Reserva estatutária

A reserva estatutária de R\$ 26.433 foi consumida integralmente pela distribuição dos dividendos em 30 de abril de 2026.

18.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de Créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2026 é de uma perda de R\$ 8.416 (perda de 5.986 em 31 de dezembro de 2025), líquidos de tributos.

18.4. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido	245.946	244.436
Ajustes contábeis	(94.538)	(94.704)
Despesas antecipadas	(149)	(8)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(24.400)	(27.231)
Ativos intangíveis	(64.172)	(59.520)
Custos de aquisição diferidos	(5.817)	(7.945)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(32.022)	(30.047)
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(40.416)	(38.002)
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	8.394	7.955
Subtotal PLA – nível	119.385	119.685
PLA Nível 1	100.306	100.960
PLA Nível 2	8.395	7.955
PLA Nível 3	10.684	10.770
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	119.385	119.685
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	35.072	34.646
Capital de risco de subscrição	14.556	14.048
Capital de risco – mercado	30.922	33.300
Capital de risco - redução por correlação	(19.921)	(20.317)
Capital de risco – operacional	10.599	10.124
Capital de risco (CR) (b)	71.228	71.801
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	71.228	71.801
Patrimônio líquido ajustado	119.385	119.685
(-) Exigência de capital - EC	(71.228)	(71.801)
Suficiência de capital - R\$	48.127	47.884
Suficiência de capital (% da EC)	168%	167%

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Icatu Seguros S.A (Controladora) (a), (b) e (e)	4.855	1.128	(26.470)	(24.720)	51.407	25.243	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (b)	8.792	9.887	-	-	57.538	42.379	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	234	31	(102)	(97)	690	463	(581)	(552)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	85	-	-	-	126	59	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	-	-	-	-	3	-	-	-
VanguardaCap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	-	-	-	-	4	-	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	-	-	(315)	(432)	381	437	-	-
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (d)	-	-	-	-	-	-	(2.623)	(2.322)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (f) (g)	51	30	-	-	-	-	(1)	-
Total	12.017	11.076	(26.887)	(25.249)	110.149	68.581	(3.205)	(2.874)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia, suas Controladas e ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- Valores referentes a taxa de gestão de instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; e
- Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;
- Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.
- Saldo em conta corrente
- Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2026				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PU932IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PM526T	15414.901665/2019-66	4,84%	0,5% a.m.	TR
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PU445I	15414.900369/2019-48	0,24%	0,5% a.m.	TR

21. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	% Comercialização	
	30/06/2026	30/06/2025
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	1,51%	2,21%
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	14,25%	12,76%

22. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

22.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	918.019	870.012
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	930.564	881.835
Devolução e cancelamento	(12.545)	(11.823)
Contribuição - Quotas de carregamento	119.034	118.301
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	120.186	119.766
Devolução e cancelamento	(1.152)	(1.465)
Variação da provisão - receita diferida	146	(39)
Reversão da provisão da receita diferida	516	155
Variação da provisão da receita diferida	(370)	(194)
Total	1.037.199	988.274

22.2. Variação das provisões de resgate

	30/06/2026	30/06/2025
Constituição da provisão para resgate (*)	(876.572)	(831.234)
Despesas com resgate	(4.816)	(8.131)
Reversão da provisão para resgate	16.469	11.859
Variação de provisão para distribuição de bônus (**)	16	401
Total	(864.903)	(827.105)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas a partir do primeiro ano de vigência. O aumento na arrecadação influencia diretamente no aumento dessa provisão.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(**) A Provisão para Distribuição de Bônus encontra-se em *run-off*, por este motivo as reversões superaram as constituições nos exercícios de 2026 e de 2025.

22.3. Resultado com sorteios

	30/06/2026	30/06/2025
Reversão da provisão para sorteio	56.444	49.372
Constituição da provisão para sorteio	(57.039)	(50.505)
Despesas com títulos sorteados	(60.193)	(48.047)
Total	(60.788)	(49.180)

22.4. Custo de aquisição - capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de corretagem	(49.914)	(48.169)
Despesas de remuneração performance mensal	(8.015)	(7.571)
Despesas de custeamento de vendas	(927)	(606)
Variação despesa de comercialização diferida	(2.127)	(5.394)
Total	(60.983)	(61.740)

22.5. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com prescrição de título	31.152	30.215
Receita com resgate de título	5.859	5.563
Outras receitas operacionais	108	150
Outras despesas operacionais	(9.620)	(9.634)
Receitas/Despesas com provisões	432	(419)
Total	27.931	25.875

22.6. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal próprio	(63.607)	(69.395)
Serviços de terceiros	(10.338)	(10.806)
Localização e funcionamento	(25.936)	(19.751)
Publicidade e propaganda	(4.554)	(2.375)
Publicações	(119)	(44)
Donativos e contribuições	(402)	(495)
Publicidade e propaganda	2.845	23
Total	(102.111)	(102.843)

22.7. Despesas com tributos

	30/06/2026	30/06/2025
Impostos	(1.359)	(2.152)
COFINS	(6.226)	(6.152)
PIS	(1.012)	(1.000)
Taxa de fiscalização	(882)	(882)
Outras despesas com tributos	(191)	(190)
Total	(9.670)	(10.376)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.8. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Categoria – VJORA	6.913	6.454
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	6.913	6.454
Categoria - custo amortizado	14.451	13.305
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	14.451	13.205
Categoria - VJR	158.680	154.396
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	158.680	154.396
Outras receitas financeiras	3.057	2.329
Total – Receitas financeiras	183.100	176.384
Categoria - VJR	(3.103)	(575)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(3.103)	(575)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(88.613)	(96.228)
Outras receitas/(despesas) financeiras	(3.384)	8.784
Total – Despesas financeiras	(95.100)	(88.019)
Total	88.000	88.365

23. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	54.675	54.675	51.275	51.275
Participações nos lucros e resultados	(2.419)	(2.419)	(1.700)	(1.700)
Base de cálculo	52.256	52.256	49.575	49.575
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	13.064	7.838	12.394	7.436
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15% + 17,5%	15% + 10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(23.641)	(14.972)	(25.739)	(9.411)
Adição permanente - Doações/Patrocínios/Brindes	54	54	3	3
Provisões Indedutíveis	(995)	(995)	6.127	6.127
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(2.419)	(2.419)	(2.209)	(2.209)
Participações nos Lucros de Funcionários e Administração	(13.460)	(13.460)	(15.000)	(15.000)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.848	1.848	1.668	1.668
Receitas financeiras não tributáveis	(8.669)	-	(16.328)	-
Resultado ajustado	28.615	37.284	23.836	40.164
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	-	-	-	-
Lucro após as Compensações	28.615	37.284	23.836	40.164
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(6.712)	(6.300)	(5.469)	(6.025)
Incentivos fiscais	(215)	-	(239)	-
Reversão da provisão de créditos tributários	(3.757)	(2.055)	(2.354)	(1.412)
Despesas com IRPJ/CSLL	(10.684)	(8.354)	(8.062)	(7.437)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	20,45%	15,99%	16,26%	15%

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026 da Icatu Seguros S.A.

Conselho de administração**Presidente**

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

Luciano Snel Corrêa

Alexandre Petrone Vilardi

Diretoria**Diretor-Presidente**

Luciano Soares

Diretores

César Luiz Salazar Saut

Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu

MIBA nº 1394